

PARABOLICAS

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Nº 25 - ANO 3 - DEZEMBRO DE 1996



**RPPNS: A
NATUREZA
NAS MÃOS DA
INICIATIVA
PRIVADA**

RPPN de Salto Morato no Paraná, da Fundação O Boticário

**ARAGUAIA:
HIDROVIA DE
IMPACTO**

**SERINGUEIROS
DESCOBREM
A MADEIRA**

**QUILOMBOS:
AVANÇOS DE
TARTARUGA**

- 2 Cifrões do Norte
Cartas
- 3 Hidrovia do Araguaia:
EIA/Rima volta à estaca zero
- 4 Quilombos: à espera da vontade do governo
- 5 O adeus a um grande chefe
- 6 Alta Costura
Confusões em duas prisões na Mata Atlântica
- 7 Agruras de uma militante
O Snuc vai passar
- 8 Seringueiros descobrem o manejo da madeira
- 9 Coluna Ponto Doc
- 10 RPPN: os donos da ecologia
- 11 Espírito Santo revela biodiversidade recorde
- 12 O olhar amoroso de Darcy

FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO 12/12/96

Os artigos assinados não traduzem, necessariamente, a opinião do Instituto

INVASÃO DE CAPITAIS ESTRANGEIROS

O capital dos países ricos nunca cortejou tanto o Brasil quanto nestes tempos de privatização. Em menos de dois anos, 20 bancos estrangeiros chegaram ao país, inclusive os americanos Nations Bank e Lehman Brothers. No último mês, o País recebeu a visita do ministro do Comércio Exterior da Suécia, Bjorn von Sydow, do ministro da Economia da Holanda, Hans Wijers, de uma delegação de 20 empresários alemães capitaneada pela ministra do Meio Ambiente, Angela Merckel, e de Ritt Bjerregaard, ministra de Meio Ambiente da União Européia. Para completar a leva de visitantes endinheirados, o presidente norte-americano, Bill Clinton, deverá vir em missão oficial no próximo semestre.

Tais visitas não foram, evidentemente, em caráter de cortesia. Wijers, por exemplo, foi o primeiro ministro da

Economia holandês a visitar Brasília em 15 anos. Seu país está interessado em fazer investimentos nos setores químico, de alimentos e de bens de consumo. A Holanda investiu cerca de US\$ 355 milhões por ano, nos últimos dois anos, no Brasil. Em sua comitiva, vieram representantes da Fokker Space, maior empresa holandesa de tecnologia espacial, que pretende implementar, junto com o Brasil, um sistema de gestão e proteção florestal por meio de monitoramento via satélite. Os holandeses também estão interessados em vender serviços de dragagem aos portos e hidrovias brasileiras. A Boskalis, gigante mundial do setor, está de olho na ex-Companhia Brasileira de Dragagem, que passou a ser parte da Companhia Docas do Rio de Janeiro, a Hidrovia Paraná-Tietê, a construção de canais no porto de Sepetiba e as

obras de expansão do porto de Suape, em Recife.

Os suecos também querem participar do processo de privatização dos portos e ferrovias, dos setores de telecomunicações e energético. O Brasil é o maior detentor de investimentos suecos fora da Suécia: no ano passado, eles investiram US\$ 235 milhões no mercado brasileiro.

Tanto interesse parece confirmar que a estratégia de diplomacia direta do presidente FHC, com direito a muitas visitas às nações amigas, tem dado certo. Somada à estabilidade econômica, ao lastro representado pelo Mercosul e à possibilidade de reeleição, tal política tira o Brasil do isolamento e coloca o País cada vez mais na mira do capital do Norte. (R.S.)

CARTAS

ESCREVA PARA:
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
PARABÓLICAS - SEÇÃO CARTAS
AV. HIGIENÓPOLIS, 901
CEP 01238-001 SÃO PAULO - SP - BRASIL

TOCANTINS

Sou um ambientalista britânico. Fui selecionado pela ODA (Official Development Assistance) da Grã-Bretanha para o posto de assessor de política ambiental no Estado do Tocantins, no âmbito do PP-G7. Procuo informações dos leitores do *Parabólicas* sobre a situação atual da política de meio ambiente naquele Estado e as condições de vida na cidade de Palmas. Preocupo-me com a minha família: minha mulher, professora de Artes, também voltada para a educação ambiental, e meu filho de três anos.

*Julian Quan, Natural Resources Institute.
E-mail: Julian.Quan@nri.org
Inglaterra*

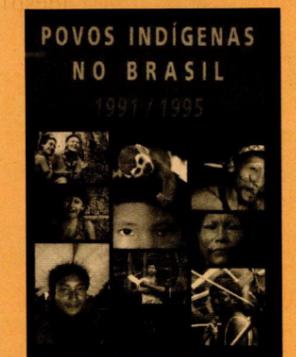
PARABÓLICAS E ISA EM FÉRIAS

As equipes do *Parabólicas* e do Instituto Socioambiental estarão em recesso no mês de janeiro. Aguarde, em fevereiro, nossa primeira edição de 1997. Até lá, e boas férias.

PAPEL ECOLÓGICAMENTE CORRETO

O *Parabólicas* está de cara nova. A partir desta edição, ele será impresso no papel Ecograph, produzido com uma técnica menos poluente, sem o emprego de cloro.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL 1991/1995



A mais completa cobertura da cena indígena e indigenista contemporânea do País, com informações sobre 206 diferentes povos. Ao todo, são 888 páginas, 70 artigos, 2.234 notícias, 299 fotos, quadros e mapas.

Preços de capa:
• Brasil - R\$ 70,00 • América Latina e Caribe - US\$ 110 • América do Norte - US\$ 120 • Europa - US\$ 130 • Ásia e África - US\$ 140

Adquira o seu nos escritórios do ISA em São Paulo e Brasília ou pelo Correio, enviando cheque nominal ao Instituto Socioambiental (Administração)

OS DESCAMINHOS DO ARAGUAIA

WASHINGTON NOVAES

Projeto de hidrovia, incluído entre as prioridades do presidente FHC, apresenta EIA-Rima pífio

Agora, não há mais jeito: o Ministério dos Transportes, através da Ahitar (Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia), terá de fazer um novo Estudo de Impacto Ambiental para o projeto da hidrovia do Araguaia, que costuma chamar de Corredor Intermodal Norte. Isso porque tanto o Ibama como a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Femago), órgão licenciador de Goiás, consideraram insuficientes e ineptos o estudo contratado com a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadep), ligada à Universidade Federal do Pará.

Não haveria outro caminho. Os quatro volumes do documento já haviam sido demolidos por técnicos, ambientalistas e índios, inclusive numa Audiência Pública realizada em novembro, na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, em Brasília. Não faltavam razões para isso.

Para começar, o documento não cumpriu a primeira exigência da Resolução 001, de 1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que manda comparar o empreendimento com outras alternativas (ferrovia, rodovia, sistemas mistos). E aí precisaria considerar custos de implantação, de manutenção, de operação, velocidade, consumo de combustíveis, custo para o usuário etc. Pouquíssimo foi feito nessa direção - e mal. A ponto de, ao relatar o que existe em matéria hidroviária no mundo, o estudo mencionar que a ligação Reno-Danúbio, quando entrar em operação, em 1985 (!), constituirá importante via de ligação com o Leste Europeu. Nem o Muro de Berlim caiu ainda, nesse estudo.

O exame dos impactos ambientais do projeto é incredivelmente precário. Não aponta caminhos para dragar pelo menos 500 mil metros cúbicos de sedimentos no rio Araguaia a cada ano, sem impactar o meio ambiente. Não tem propostas para a deposição desses sedimentos, nem dos 100 mil metros cúbicos de rochas a serem explodidas na tentativa de criar um leito navegável (pela grande movimentação de sedimentos, o Araguaia muda seu leito a cada ano e o reduz para menos de um metro de profundidade na estação seca, que dura mais de seis meses).



As praias do Araguaia recebem dezenas de milhares de campistas.

Também sequer estuda o indispensável sistema de rodovias alimentador da hidrovia e seu impacto. Por onde passarão elas? Por dentro das áreas Xavante, Karajá, Tapirapé e outras? Ou do Parque Nacional da Ilha do Bananal?

Não apresenta nenhuma proposta considerável para mitigar os impactos sobre a flora e a fauna - limita-se a incorporar ao EIA e ao Rima propostas de diretrizes e pós-diagnósticos apresentados por consultores (que agora estão escrevendo à Fadep para pedir que retire seus nomes do documento).

Mais complicado ainda, o EIA-Rima não tem propostas consistentes para equacionar os inevitáveis impactos sobre o ecoturismo em uma área que recebe, a cada ano, dezenas de milhares de turistas (em 10 dias de julho, este ano, a Femago contou quase 30 mil acampados nas praias, sem falar em hotéis, fazendas, pousadas, casas de veraneio etc.). Da mesma forma, sequer foram analisados os impactos sobre outras populações ao longo do rio.

E tudo isso, quando o próprio documento menciona que não existe nenhum pólo importante de produção agropecuária ao longo do rio, quando essa é a razão de implantar a hidrovia: exportar grãos.

Na verdade, teria sido necessário muito mais. No Centro-Oeste está a possibilidade de construir uma estratégia competente para região de 2 milhões de quilômetros quadrados, com água abundante, sol o ano todo, ausência de desastres climáticos. Ali seria possível pensar na civilização da biomassa de que fala Ignacy Sachs, juntando agropecuária e agroindústrias não-agressoras com uma reforma agrária competente, reflorestamento de áreas degradadas, preservação, conhecimento e exploração da biodiversidade, ecoturismo e muito mais. Não dá para pensar num projeto que, na verdade, só cogita exportar soja.

Construir essa alternativa será agora a tarefa das duas universidades de Goiás, que se uniram para a empreitada, junto com as ONGs. Será preciso competência, sem dúvida. Mas é um bom desafio.

Washington Novaes é jornalista e diretor do Instituto Dom Fernando.

TERCEIRO MILÊNIO. ANO 2.000. FHC REELEITO. DIA 20 DE NOVEMBRO. SOLENIDADE NO PALÁCIO DO PLANALTO. O PRESIDENTE APROVEITA PARA ASSINAR A ENTREGA DE MAIS UM TÍTULO DE TERRA (SOMENTE UM) A UMA COMUNIDADE NEGRA RURAL.

Esta matéria hipotética, que será publicada em algum jornal daqui a quatro anos, não será diferente daquelas vistas nos jornais dos dias 21 de novembro de 1995 e 96, no Dia da Consciência Negra, na passagem dos 300 e dos 301 anos da morte de Zumbi, em que foram assinaladas as entregas de títulos de domínio às comunidades remanescentes dos Quilombos de Boa Vista (em 95), Pacoval e Água Fria (em 96), no Pará.

Infelizmente, a performance do governo em fazer cumprir o disposto no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 88, que determina a entrega dos títulos de propriedade aos quilombolas, tem sido pífia. Até 94, simplesmente nada havia sido feito. Em 95, pressionado pelo calendário da comemoração dos 300 anos da morte de Zumbi, FHC entregou o título ao Quilombo de Boa Vista. Em 96, pelo mesmo motivo e ainda a presença de Jesse Jackson, liberou mais dois. O que foi feito pelo governo FHC, até agora, é muito pouco perto do que está ao seu alcance realizar.

É preciso que se diga que as terras das comunidades negras de Boa Vista, Pacoval e Água Fria se sobreponham

a áreas do Inca, o que teria permitido ao governo resolver o assunto há muito tempo, sem pressão de calendário. Além disso, esses títulos não foram expedidos com base no artigo 68. São títulos comuns que poderiam ter contemplado qualquer outra população.

TESTE DE SÃO TOMÉ

Se o governo não reconhece a aplicabilidade do artigo 68 nem quando se trata de suas próprias terras, o que se dirá de uma situação em que a posse dos quilombolas conflita com a de particulares? Exemplo disso, que pode ser o teste de São Tomé da vontade governamental, é o Quilombo de Rio das Rãs, na Bahia. Infelizmente, até o momento, o governo tem sido reprovado por total omissão.

Além disso, falta estrutura para cuidar do assunto. A Fundação Palmares não consegue apresentar uma diretriz clara das suas intenções. Sobram declarações de boa vontade. E faltam atitudes concretas.

No último dia 5 de dezembro, o presidente criou um grupo de trabalho que deverá estabelecer procedimentos administrativos para o cumprimento do artigo 68. Formado, entre outros, por representantes do Inca e do Ministério da Justiça, ele será presidido pela Fundação Palmares e terá 120 dias para concluir seus trabalhos. Antes tarde do que nunca.

O fato é que temos que esperar a conclusão dos trabalhos do GT e a aprovação das suas propostas pelo presidente, para então vislumbrar algo de concreto. Ou seja, com boa vontade, depois de maio de 97. Se quisesse ser ágil, o governo teria aproveitado as discussões existentes sobre a



Quilombolas: governo reprovado por omissão.

matéria e o os projetos apresentados ao Congresso para regular o artigo 68, fazendo, em curto prazo, a proposta que o GT vai levar pelo menos quatro meses para concluir.

XÔ GODOT!

Mas, os quilombolas não ficam esperando Godot. Criaram uma articulação nacional e procuram, nos estados, pressionar os governadores quanto ao artigo 68.

Em São Paulo, o grupo de trabalho encarregado de identificar as comunidades quilombolas e propor soluções para a sua situação fundiária está concluindo seus trabalhos. Foram identificadas 23 comunidades remanescentes de quilombos. A maioria delas, porém, tem suas terras sobrepostas por Unidades de Conservação decretadas pelo governo paulista.

Os quilombolas propõem o fim da sobreposição. Os integrantes do GT concordam. Resta saber o que dirão o governador Mário Covas, o secretário do Meio Ambiente Fábio Feldmann e os ambientalistas. Se não houver entendimento que harmonize presença humana tradicional com conservação, vamos terminar numa infeliz disputa do tipo "quem chegou primeiro, o homem ou o passarinho?".

Já no Mato Grosso, os quilombolas obtiveram a abertura do procedimento de discriminação das terras do Quilombo Mata-Cavalo, com edital de convocação dos pretensos proprietários. Além disso, reuniram-se com o governador Dante de Oliveira e, após dançarem o "Cururu", pediram ao estado que libere verbas do Prodeagro para re-

alizer o levantamento das comunidades negras existentes.

Dante prometeu mas até agora não cumpriu. Poderia ter agido na base do "rasqueado", ritmo local que se caracteriza pela rapidez, mas preferiu o tom melancólico dos que tardam em decidir o que é de interesse real para a população. Aliás, consta que o mal do Mato Grosso é uma tal praga chamada "Lacerdinha", que ataca a árvore governamental e paralisa tudo, até mesmo a desintrusão de ga-

rimpeiro invasor de Terra Indígena (os Nambiquara que o digam).

No Maranhão, onde só rola "pedra de resposta", os quilombolas vão tocando do jeito que dá. Seja com base no artigo 68, na Reforma Agrária, ou na criação de Reserva Extrativista, como foi o caso do Quilombo do Frechal, o importante é assegurar a posse da terra às comunidades negras por um meio legítimo.

E assim, de grão em grão, os quilombolas vão ganhando

espaço. Está difícil, mas eles são tinosos. Basta que se diga que o processo da Terra de Jamari dos Pretos do Maranhão ficou mais de ano parado na Procuradoria da República, que, afinal, disse que não podia fazer nada. O processo foi para a Fundação Palmares, que também nada fez, mandando o caso para o Inca. Até quando fica lá, ninguém sabe.

Talvez até o ano 2.000, quando os áulicos palacianos, gregorianamente, procurarão

algo para mostrar no dia 20 de novembro. Ao encontrarem, numa gaveta qualquer, o processo de Jamari dos Pretos, virá a ordem: "Desenterre-se. Chamar quilombolas ao Palácio. Convocar a mídia. Registrar encontro do presidente, em seu palanque móvel, tridimensional, ao lado dos quilombolas e de Shaquille O'Neal, astro negro do basquete americano, especialmente convidado para a ocasião." Ano 2.000. Alvorecer de um novo tempo. ☐

ADEUS, BEPGOGOTI

GUSTAAF VERSWIJVER

Índios Kaiapó perdem guerreiro que pregava a paz



JOÃO GARRY FACÓDIA

Em 16 de novembro último, o líder Megaron Txucarramae anunciou a morte do cacique Bepgogoti, respeitado guerreiro Kaiapó. Bepgogoti morreu no dia 10 de novembro, tinha quase cem anos e acumulava um vasto conhecimento da história e das tradições de seu povo. "Lamentamos muito o falecimento do nosso cacique, pois coube a ele defender os nossos direitos, lutando ao lado de Raoni e do cantor inglês Sting para demarcar nossas terras. Admiramos muito este homem que, infelizmente, a doença envelheceu e levou para longe de nós", afirmou Megaron.

Segundo ele, Bepgogoti foi um valente guerreiro Kaiapó: lutou contra os Krenakore e contra fações dissidentes do seu próprio grupo. "Antes de morrer, pediu três vezes aos seus filhos e netos que evitassem brigas e cisões", explicou Megaron. "Só queria paz para os índios."

Antes de perder Bepgogoti, os Kaiapó viram desaparecer também dois outros guerreiros lendários - Kretire e Kremoro. Com a morte de Bepgogoti, agora, as músicas e os rituais mais tradicionais do povo Kaiapó correm o risco de se calar para sempre.

Em fins do século passado, um grupo de 200 dissidentes se separou dos Gorotire, a comunidade Kaiapó de mais de 2 mil índios que vive às margens do Riozinho, no Pará. Autodenominado Mekragnoti, ele se dirigiu a Sudoeste, atravessou o rio Xingu e se instalou num descampado. Logo, deu as boas-vindas à primeira criança ali nascida - um menino que se chamou Bepgogoti.

A história de Bepgogoti sempre foi peculiar. Órfão desde cedo, foi adotado por um influente membro da comunidade, que, anos depois, teve outro filho, Ropni, hoje líder de umas das comunidades Mekragnoti.

Durante a infância, Bepgogoti foi treinado pelo cacique ancião Karanhi para assumir a liderança dos Mekragnoti. Quase diariamente, ia visitar o velho sábio para aprender as canções que todo líder deve saber, os mitos do seu povo, sua história, práticas e táticas de guerra. Assim, à medida que crescia, Bepgogoti reforçava o sentimento de ter nascido para se tornar um bravo guerreiro, louvado pela sua coragem em desafiar e vencer os vizinhos Krenakore.

Nos anos 40, novos líderes emergiram entre os Mekragnoti: Kretire e Kremoro acabaram insurgindo a comunidade e dividindo-a em duas fações inimigas. Um terceiro grupo optou por se manter neutro, sob a liderança de Bepgogoti.

O ano de 1953 marcou as primeiras tentativas de contato dos Villas-Boas na área do Parque do Xingu. As relações entre as duas fações estavam deterioradas a ponto de Kretire ter decidido instalar nova aldeia entre os rios Iriri e Curuá.

O líder Kremoro e seu grupo, por sua vez, passaram a ser denominados Txucarramae ou Metuktire.

Com a morte da esposa, Bepgogoti se aliou a Kretire. A comunidade ficou isolada até meados dos anos 60, quando missionários e representantes da Funai tentaram uma aproximação.

Anos depois, nova cisão: Kretire e seu grupo se separaram de Bepgogoti, que permaneceu às margens do Iriri com cerca de 150 índios. Kretire, por sua vez, voltou para o Xingu.

Durante mais de 15 anos, a sabedoria e a força moral de Bepgogoti aplacaram confrontos entre os membros do grupo. Assim, ele ganhou fama e novos adeptos, entre eles, numerosos vizinhos Kaiapó que migraram para a comunidade dispostos a segui-lo. Em 1980, esse grupo já somava 300 índios.

O prestígio de Bepgogoti conquistou novas fronteiras. Muito procurado pela mídia, recusava-se a abandonar sua aldeia para atender convites. Corre a história de que ele sentava num tronco de árvore e, por rádio, conseguia acalmar fações inimigas e líderes insurgentes distantes mais de 200 km. Mesmo velho e doente, continuou participando dos rituais indígenas e treinando novos líderes.

Sua morte representa uma grande perda para os Kaiapó: Bepgogoti era o mais velho índio vivo e um dos últimos guerreiros tradicionais. Será lembrado pela sua eloquência e senso de humor. ☐

Gustaaf Verswijver é antropólogo do Royal Museum of Central Africa, Bélgica.



Presídio do Carandiru, em São Paulo.

São duas penitenciárias e duas histórias totalmente opostas de como temas tão díspares, como o sistema carcerário e a Mata Atlântica, podem se relacionar.

A primeira é o maior e mais conhecida casa de detenção do País. O Carandiru, tristemente famoso pelo massacre de presos de 1992, abriga 10 mil detentos, numa das regiões menos arborizadas da cidade de São Paulo.

A segunda ainda não existe: está num projeto do governo estadual de Santa Catarina, que pretende desativar a cadeia de Florianópolis e construir uma nova penitenciária em São Pedro de Alcântara, a primeira colônia alemã do Brasil, a 30 km da capital.

No caso do Carandiru, um projeto da Secretaria Estadual de Assuntos Carcerários pretende desativá-lo, transferindo os detentos para o interior do Estado e criando, numa fração do local, de 450 mil m², uma nova área verde. Hoje, cerca de 58 mil m² do presídio são recobertos por Mata Atlântica intocada. O problema é que nada poderá ser feito se não for construída uma dezena de mini-presídios no interior do Estado, para onde os hóspedes do Carandiru serão transferidos. O governo busca empresas que se comprometam a investir na obra, em troca o uso da área que hoje abriga o presídio. Outro empecilho é a Lei de Zoneamento, que não permite que aquele espaço tenha qualquer outra finalidade além de abrigar uma prisão. Três projetos tramitam na Câmara Municipal de São Paulo, propondo a mudança da categoria em que a área é enquadrada, com variadas porcentagens de área verde.

Já o caso da prisão catarinense é mais sombrio. O projeto prevê a instalação da cadeia num trecho especialmente preservado da Mata Atlântica, sem realização de Estudo de Impacto Ambiental. Das cinco empresas que originalmente se candidataram à licitação, em 1993, quatro desistiram, alegando falta de condições de tocar a obra. A quinta, Espaço Aberto, saiu, naturalmente, vitoriosa. "Até o momento não houve qualquer licenciamento ambiental da obra", conta Ernei Stähelin, vereador de São José, município ao qual pertence São Pedro, pelo menos até a virada do ano, quando a vila de 6 mil pessoas ganhará sua emancipação. O projeto original prevê a canalização de um riacho e a movimentação, de 190 milhões de metros cúbicos de terra para aterrar um pântano, segundo cálculos de Stähelin.

A Fatma, agência ambiental do Estado, tem declarado que a legislação normalmente não exige o EIA/Rima na construção de presídios, mas ainda não deu uma posição final a respeito das perícias que tem realizado. Segundo a Secretaria de Justiça e Cidadania de Santa Catarina, o Ministério da Justiça já repassou os recursos necessários para a elaboração do projeto, mas as obras propriamente ditas ainda estão longe de começar. ☐

Discussão sobre a Convenção da Biodiversidade desafia a paciência

Há sempre o prazer da chegada, encontrar os velhos e bons militantes de outras ONGs que estão sempre lá, mas isso dura no máximo 20 segundos. Logo você se lembra como eles se portaram daquela vez em que, depois de vocês ficarem dias conversando com delegados de diversos países, na hora do "vamos ver" eles desapareceram, te deixando sozinho. Justiça seja feita, isso foi às três da manhã do penúltimo dia, quando ninguém mais botava fé que algo seria decidido. Mas você estava lá, sozinho. Bom, sozinho não é exatamente o termo. Com você estavam uns poucos delegados dos países do Norte, além de 13 americanos. Para fazer mais justiça ainda, era um tema que não comove as ONGs, nem os representantes das comunidades indígenas: reconhecimento do conhecimento tradicional...

Mas, conferência nova, vida nova. Nada de rancores! Você rapidamente identifica meia dúzia de delegados americanos familiares, sabendo que isso deve ser, no mínimo, metade da delegação deles. Eles já bateram todos os recordes de tamanho de delegação. Mesmo assim, não é suficiente. Você já perdeu a conta das vezes em que, no auge de uma negociação, os americanos pedem tempo técnico e correm para o telefone, para se consultar com a criptodelegação, ou seja, uma equipe de plantão em Washington.

Eu, na verdade, estou completamente convencida que esta criptodelegação é constituída de pessoas que passam o tempo todo procurando palavras no dicionário. Isso porque os delegados americanos, surpreendentemente, não sabem inglês. Este fato prejudica muito as negociações nos grupos de trabalho, uma vez que estas só acontecem em inglês. Eu cheguei a esta conclusão vendo que, muitas vezes, delegados de países onde

não se fala inglês são obrigados a explicar o sentido de determinadas palavras aos pobres americanos, ou mesmo impedir que estes desastrados delegados troquem uma palavra por outra que pensam ser sinônimo...

Depois, ainda na tentativa de reconhecer o terreno, você olha em volta procurando rostos conhecidos e logo se depara com o delegado japonês e não pode deixar de sorrir quando se lembra de sua primeira conferência internacional e seu primeiro delegado japonês. O homem freqüentava todas as reuniões, sobre todos os assuntos, até altas horas da madrugada e aparecia sempre novinho em folha no dia seguinte. Lá pelo quarto dia de conferência, a palidez e as olheiras reinavam. O japonês, entretanto, seguia corado, fresco e bem disposto. Você já tinha esgotado o seu conhecimento sobre os costumes japoneses tentando resolver o mistério da disposição do japonês. Já pensara em meditação zen-budista, massagens orientais aplicadas por belas gueixas, tai chi chuan (que você pensava que era japonês) e até mesmo em maquiagem de kabuki, quando, no último dia da conferência, ao passar casualmente por um restaurante próximo, você vê o japonês multiplicado por seis, numa confraternização da delegação deles.

De repente, uma surpresa: você vê um indivíduo com crachá de observador da Santa Sé. Será que fará uma nova encíclica sobre a biodiversidade ou sobre os perigos que representam os pentecostais para a sua conservação?

Bom, satisfeito por ter, pelo menos, percebido uma novidade, ou algo que acha que é novidade, você, ainda num último olhar antes de entrar na plenária de abertura da conferência, reconhece os delegados francófonos da África. Ao longo das conferências, você tem percebido que a participação

destes delegados nas negociações, nos grupos de trabalho, tem sido ínfima, dado que eles, em geral, sabem menos inglês que os americanos e não conhecem o segredo japonês de multiplicação de delegados.

Ah! E nossos velhos amigos do Grulac (Grupo América Latina e Caribe)! Que prazer! Será que desta vez conseguirão ficar de acordo sobre algum assunto? Será que conseguirão indicar um representante na conferência, antes que ela termine? Quanta adrenalina! Você entra no salão onde se realiza a plenária de abertura e a sensação de *déjà vu* te invade...

Três dias depois, você está convencido que o mundo se re-

sume àquele centro de convenções e, dependendo de onde se realiza a conferência, isso é grave.

As ONGs, muito razoáveis, continuam se retirando do centro de convenções, às 10 horas da noite. O japonês continua bem disposto e você já presenciou um amável delegado paquistanês ensinando inglês, gratuitamente, a um pobre delegado americano.

No último dia, finalmente, acaba o suspense. O Grulac consegue indicar um representante para essa conferência: ele poderá, ao menos, participar da plenária de encerramento. ☐

Nurit Bensusan é técnica em Políticas da Biodiversidade da WWF-Brasil.

SINAL VERDE PARA O SNUC

O Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação, realizado entre 26 e 29/11, em Brasília, debateu de forma consistente a questão das populações residentes em unidades cujas categorias não permitem a presença humana. A necessidade de compatibilizar a conservação da natureza em um sistema de áreas protegidas com e sem populações ficou evidente para os participantes. O evento culminou com um apoio maciço dos mais de 200 participantes à proposta de substitutivo do deputado Fernando Gabeira (PV/RJ) ao projeto de lei 2892/92, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Como resultado concreto do Seminário, o presidente do Ibama, Eduardo Martins, declarou seu apoio ao substitutivo de Gabeira. O apoio do Ibama condicionou-se a algumas modificações na proposta, que foram acatadas pelo relator, como alterações na definição de população tradicional e na proposta de reclassificação de UCs sobrepostas à Áreas Indígenas. O deputado Luciano Pizzatto (PFL/PR) também acordou com Gabeira algumas alterações que garantirão seu apoio à proposta. O substitutivo só não foi aprovado na última sessão deste ano da Comissão de Meio Ambiente da Câmara porque o Ministério da Fazenda e a Casa Civil da Presidência da República identificaram pequenas objeções à proposta na véspera da votação. O SNUC entrará na pauta da convocação extraordinária do Congresso em janeiro.

Na abertura do Seminário, o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, Gilney Viana (PT/MT) leu um manifesto enviado pela Rede Pró-Unidades de Conservação, capitaneada pela Funatura, FBCN e Fundação O Boticário, no qual seus representantes recusavam participar dos debates, por considerarem a programação tendenciosa. Temiam que os resultados do Seminário prejudicassem a "integridade das UCs de Uso Indireto". A ausência dos representantes da Rede, entretanto, não prejudicou o Seminário, que teve a participação de importantes especialistas como Paulo Nogueira Neto, Márcio Ayres e Bráulio Dias, entre outros. (Adriana Ramos)

• **Parto da Raposa** - O presidente da Funai, Júlio Gaiger, informou ao Conselho Indígena de Roraima que no dia 10/12 último, em audiência do ministro Nelson Jobim com o presidente FHC, teria sido decidida a demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, ocupada pelos Macuxi, Wapixana, Taurepang e Ingarikó. Comenta-se que a demarcação será em área contínua, conforme reivindicam os índios, mas que haverá alguma redução no limite sul em relação à área identificada pela Funai. O anúncio da decisão deverá aguardar o início do recesso parlamentar, para atenuar reações e baixar a poeira do recente escândalo envolvendo a bancada petebista: quatro dos oito deputados de Roraima são do PTB...

• **Terras militares para a reforma agrária** - Um decreto presidencial de 14/11 desafetou três terras do Exército, dando sequência ao protocolo de intenções assinado em maio pelos ministros, Zenildo Lucena, do Exército, e Raul Jungmann, da Reforma Agrária, para doação dos 6,1 milhões de hectares de terras militares na Amazônia Legal, para a reforma agrária. As terras referidas no decreto são compostas por glebas nos municípios de Miracema do Norte, Araguaína e Nova Olinda, no Tocantins. Somadas à gleba Flexas II, em Cáceres (MT), que foi desafetada em 5/8 e à gleba Rio Pardo, em Presidente Figueiredo (AM), que também foi doada à reforma agrária, em 7/10, perfazem 206.463 ha.

• **Índia e mestre** - Darlene Taukane, da etnia Bakairi, acaba de tornar-se a primeira indígena brasileira a ter um título de pós-graduação. Ela concluiu o mestrado em Educação Pública da Universidade Federal do Mato Grosso, com uma dissertação intitulada "Educação Escolar entre os Kurá-Bakairi".

• **Caixa Preta** - A Petrobrás, durante décadas hermética àqueles interessados em saber o que passa no seu interior, começou a abrir suas portas a grupos de ambientalistas, liderados pela Secretaria de Meio Ambiente de

São Paulo. No início de dezembro, um grupo deles visitou as reservas de Urucu (AM), a convite da estatal.

• **Patriota de plantão** - Um detetive, provavelmente sem muito o que fazer, entrou com uma representação junto ao Ministério Público Federal contra a Fundação SOS Mata Atlântica, para mover uma ação por uso ilegal de um símbolo nacional. Nos últimos dez anos, a entidade tem utilizado uma bandeira do Brasil, com parte do campo verde destruído, como símbolo.

• **Gente nova** - O Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), que reúne 350 entidades da Amazônia Legal, acaba de escolher seus novos dirigentes. Claudionor Barbosa, do Movimento Nacional dos Pescadores, assume a Presidência, com Gersen Luciano, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), como vice. O diretor executivo será Avelino Ganzer, do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônia.

• **Fim da linha** - O presidente FHC encaminhou para o Congresso o projeto de lei que dispõe sobre a extinção de duas reservas extrativistas de babaçu, Mata Grande (MA) e Extremo Norte (TO).

• **Cultivares** - O Congresso aprovou no dia 3/12 o projeto de lei de proteção de cultivares - plantas melhoradas geneticamente -, que deverá ser submetido ao Senado no começo do ano. O projeto prevê o patenteamento de novas variedades, válido por 15 anos.

• **Vitória** - O Supremo Tribunal Federal julgou favorável um recurso da comunidade Guarani-Kaiowá, da Área Indígena Jaguapiré, anulando as decisões da Justiça estadual do Mato Grosso do Sul que beneficiavam o fazendeiro Octávio Junqueira Leite de Moraes que se diz dono da terra. O processo segue, agora, para a Justiça Federal.

Seringueiros do Acre aderem ao manejo inteligente de florestas

O movimento dos seringueiros prepara-se para dar o passo mais ousado desde que, há oito anos, em Xapuri (AC), Darci Alves Pereira, por ordem do pai, o fazendeiro Darly Alves da Silva, assassinou o líder sindical e ecologista Chico Mendes numa emboscada. Hoje, na tentativa de suplantiar o secular modelo de exploração extrativista da borracha, que rende R\$ 80 mensais às famílias, os seringueiros estão decididos a vender a madeira existente em suas áreas.

Tendo ao alcance novas técnicas de extração, beneficiamento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, sentem-se preparados para, em curto prazo, transformar as antigas "colocações" de seringa em unidades de produção de especiarias de forma mais ampliada do que no final do século passado.

O Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA), uma ONG sediada no Acre, está à frente de uma experiência concreta de desenvolvimento sustentável para as reservas extrativistas idealizadas pelo seringueiro Chico Mendes. O manejo florestal de

uso múltiplo de antigos seringais pressupõe a gestão comunitária e a elevação do patamar tecnológico da produção. A primeira experiência, na Reserva Extrativista Porto Dias, na divisa do Acre com a Bolívia, faz parte do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, financiado pelo G-7.

O seringueiro ainda hoje obtém 56% de sua renda mensal da venda da borracha e 44% da castanha-do-pará. Uma árvore de mogno que, em média, resulta em 5 m³ de madeira, tem sido vendida pelos próprios seringueiros aos madeireiros por R\$ 50. O metro cúbico do mogno para exportação custa US\$ 1 mil. No exterior, o preço do mesmo metro da madeira triplica e alcança valores mais elevados quando agregam-se valores na industrialização. A nova perspectiva econômica nos seringais da Amazônia inclui ainda o comércio de sementes, resinas, óleos, fármacos e frutas tropicais. O engenheiro florestal Écio Rodrigues, que dirige o CTA, reconhece que uma produção com esse nível de diversificação e beneficiamento necessita de planejamento, cro-

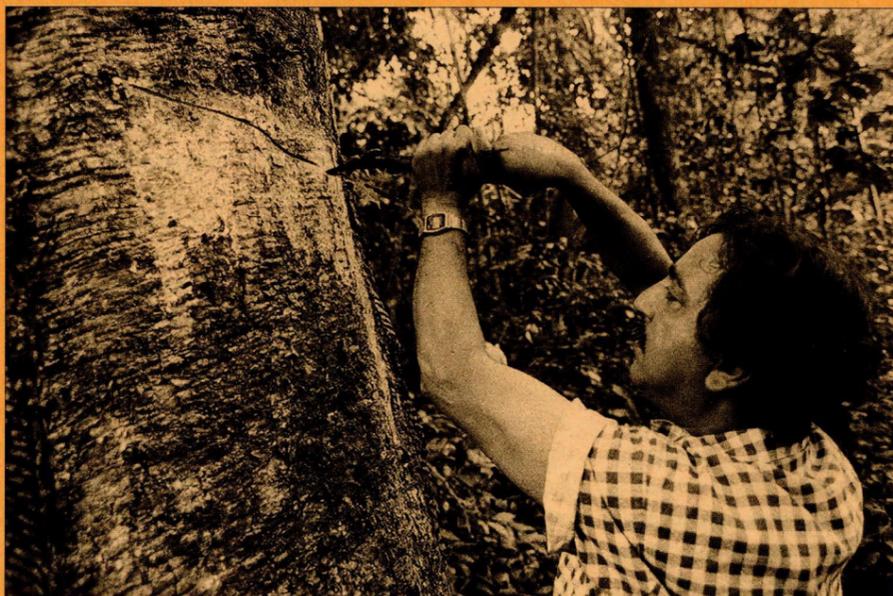
CHICO MENDES E AS RESERVAS EXTRATIVISTAS

O seringueiro Chico Mendes, cuja luta em defesa dos recursos naturais da Amazônia o transformou num mito mundial da ecologia, inspirou-se nas reservas indígenas para propor as reservas extrativistas em nome dos povos da floresta. A primeira delas, de São Luiz do Remanso, no Acre, com 41 mil ha, foi criada onze meses antes de sua morte. Hoje, 2,5 milhões de hectares dos 15,2 milhões de hectares do Acre são áreas de reservas extrativistas e a discussão sobre a sustentabilidade delas está longe de se esgotar.

A realidade é que as flutuações no mercado da borracha, após o auge da produção, em 1911, desestruturaram o comércio do produto mas não alteraram a cultura de produção.

O poder público pouco tem feito no sentido de viabilizar ações de caráter social capazes de alterar as condições de vida das populações que há mais de um século vivem na floresta. "O volume de recursos financeiros destinados às atividades nocivas como a pecuária não se compara ao que é empregado para conservar o meio ambiente", afirma o prefeito de Rio Branco, Jorge Viana (PT), que é engenheiro florestal. Segundo Viana, afora o investimento realizado nas desapropriações e regularização fundiária, os esforços financeiros e institucionais destinados às reservas extrativistas sempre está vinculado à cooperação internacional e à atuação das organizações não-governamentais.

Chico Mendes foi um dos fundadores do Centro de Trabalhadores da Amazônia, uma entidade muito respeitada entre as não governamentais brasileiras por ter adequado programas



Chico Mendes: inspirado nas reservas indígenas.

de educação e saúde à realidade das reservas extrativistas. O CTA oferece treinamento a 54 professores leigos seringueiros, produz material didático e supervisiona 37 escolas no interior da floresta. São 732 adultos e crianças matriculados a receber instrução equivalente até o quarto ano do ensino fundamental.

A preocupação da organização com o ensino procede porque durante o ciclo da borracha os seringueiros foram literalmente escravizados pelos patrões por causa do analfabetismo. Essa proposta pedagógica alternativa valoriza a organização comunitária e de interação com a floresta. Não perde a referência oficial porque foi reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação. Os professores são contratados pela Estado após dois anos de treinamentos. (AM)

nologia de extração e coleta e de reconhecimento do mercado.

Os técnicos envolvidos na experiência sustentam que todas as etapas podem ser alcançadas paulatinamente. O exemplo típico é o da copaíba, cujas técnicas de extração e beneficiamento são conhecidas e de fácil domínio.

Caso as mil famílias da Reserva Extrativista Chico Mendes, em Xapuri, resolvessem produzir cada uma um litro de copaíba, talvez demorassem um ano para comercializar o óleo. Todavia, com o planejamento da produção e a oferta garantida e permanente de mil litros mensais, é possível fechar contratos com o mercado. "Aliar produtos não-madeireiros à exploração de madeira é o que justifica o desafio do manejo florestal de uso múltiplo", explica o engenheiro florestal do CTA.

EXPLORAÇÃO MANEJADA

A exploração madeireira conforme o princípio do uso múltiplo não deverá seguir o caminho da exploração comercial tradicional. Espera-se que seja de pouca intensidade e de acordo com a capacidade de investimento e disponibilidade de mão-de-obra das unidades de produção dos seringueiros, conhecidas na região como "colocações". Acredita-se que, quanto maior for o número de espécies favorecidas pelas práticas de manejo, menos a floresta se distinguirá da floresta original. Outra convicção é a de que, quanto maior o número de espécies manejadas, menos intensamente será necessário explorar cada uma delas, a fim de tornar economicamente viável o uso dos recursos naturais. "Nessa medida, será menor a possibilidade de se quebrar uma relação ecológica importante", afirma Francisco Cavalcanti, mestre em manejo florestal, que coordena projetos de desenvolvimento comunitário na região. "Isso significa viabilidade econômica associada à manutenção da biodiversidade".

O agrônomo Raul Vargas Torrico, coordenador de pesquisas do CTA, informou que o componente da exploração madeireira prevê o uso de tração animal e um volume de 5 a 10 m³/ha. "Isso será estabelecido de acordo com a capacidade de produção de cada família", disse Torrico, para quem essa intensidade é bem inferior à considerada adequada ecologicamente para exploração de madeira comercial, de 30 a 40 m³/ha, dependendo de cada tipologia vegetal.

ESQUEMA FLORESTAL

Cada "colocação" de seringa, em média, possui 300 ha com pelo menos três estradas de seringa. As áreas de manejo estão localizadas no interior de cada estrada, onde foram demarcados dez compartimentos de exploração com 6 ha cada. Isso corresponde a 60% da área, destinados a um ciclo de corte de 30 anos.

Pretende-se que os produtos não-madeireiros sejam explorados conforme a disponibilidade existente em cada compartimento das áreas de manejo, conforme informações disponíveis sobre a autoecologia das espécies. O seringueiro passará a ser um manejador florestal, auferindo renda ao comercializar seu produto primário com uma cooperativa.

O inventário florestal da reserva Porto Dias já foi concluído e o plano de manejo está sendo submetido à aprovação do Ibama. Os seringueiros estão sendo treinados e, no início de 97, devem colocar no mercado o primeiro lote da produção. Eles querem apontar uma saída para utilização de recursos florestais em áreas habitadas, mas que seja economicamente viável, ambientalmente compatível e adequada à realidade da Amazônia. ■

Altino Machado é jornalista no Acre.

UM EPITÁFIO DE ESQUERDA

Fui ouvir Noam Chomski falar, em São Paulo. O maior linguísta vivo é um intelectual judeu simpático, despojado à americana, com um quê de Woody Allen. Disse que os países ricos são tão descaradamente protecionistas quanto exigentes de que os mais fracos não o sejam. E fez a defesa do Estado e do setor público. Lamentou que as conquistas do welfare state estejam sendo desmontadas depois do trabalho histórico de construí-las. Nessa crise do colapso da alternativa anti-capitalista e do esforço do mundo ex-socialista de entrar na ordem global (que não é algo "esticável", onde cabem todos), Chomski confessou-se "um velho anarquista sem ilusões" e disse que recebe "críticas por defender o Estado".

Liguei para um amigo americano, em Washington, e ele fez um comentário impaciente: "Esse cara passou anos pregando o incêndio do Estado e agora o defende. Então, não era assim tão ruim. E o delírio de antes?" Cá com meus botões, achei um pouco exagerado. Nunca vi Chomsky pregando incêndio.

No dia seguinte, deparei-me com uma foto egóica de E.P. Thompson, na capa do livro Edward Palmer Thompson, *Objecções e Oposições (Paz e Terra, 1996)*, que conta a trajetória desse poderoso escritor, ícone da esquerda britânica. Thompson tinha enorme carisma. Entrou no Partido Comunista da Grã-Bretanha em 1942 e saiu em 1956, com a invasão da Hungria, junto com 7 mil comunistas. Fundou a *New Left Review* e a Campanha pelo Desarmamento Nuclear. Publicou *The Making of the British Working Class* e escreveu nos principais jornais ingleses e americanos. Mas já evitava a questão da "revolução" e insinuava que "os horizontes das possibilidades políticas estavam se estreitando".

Quando o armamentismo colocou em risco a sobrevivência não de uma classe mas do planeta, fundou a nova Campanha pelo Desarmamento Nuclear, a *European Nuclear Disarmament* e escreveu *Protest and Survive*, que vendeu como pão quente. Virou líder de massas. Em 1981 falava para multidões de 250 mil em *Trafalgar Square*. Pesquisas de opinião o indicavam como o cidadão britânico mais admirado, depois de Thatcher, a rainha Elizabeth e a rainha-mãe.

Em 1982, abriu diálogo com a oposição do Leste europeu e foi à Hungria, ouvir o pessoal da Carta 77. Dessa experiência inovadora (para a esquerda), surgiu o clássico *Exterminism and Cold War*, a antologia do pessimismo político dos anos 80. Mas um antropólogo escocês, que o conhecia melhor, me advertiu, em 1986: "Esse cara é um megalômano pomposo".

Antes de morrer, em 1993, Thompson assistiu sem lágrimas a implosão do socialismo. "Eles sempre foram pouco consistentes", disse a um amigo. "Não tenho intenção de escrever em defesa desses novos convertidos ao livre mercado e também estou cheio dos meus colegas outrora esquerdistas", disse a outro. Um de seus últimos artigos (*Ends and Histories*) constata que os movimentos pacifistas "surgem da derrota como a única prática política honrável e, mesmo no momento do fracasso aparente, deixam um legado, algumas vezes muito mais que isso, que torna a vitória possível". Talvez. Só que isso parece prêmio de consolação. Ou será um epitáfio de esquerda? ■

Já existem 98 Reservas Privadas reconhecidas pelo Ibama. Só em São Paulo, metade da Mata Atlântica pertence a particulares

A proteção do meio ambiente em áreas privadas, por iniciativa de seus proprietários, tem sido um grande trunfo em prol da conservação da biodiversidade no Brasil. Existem hoje 98 Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) reconhecidas pelo Ibama, representando aproximadamente 200 mil ha de áreas particulares protegidas.

Desde o 1º Congresso Brasileiro das RPPNs, em setembro, na Câmara dos Deputados, já foram criadas 13 novas reservas. Elas constituem uma das principais estratégias do Projeto Parques e Reservas do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), e deverão receber recursos da ordem de US\$ 3,5 milhões nos próximos três anos, para atividades de divulgação do programa, vistorias, assistência técnica, fiscalização e desenvolvimento de projetos pilotos.

O Programa de RPPNs do Ibama foi criado em 1990, por decreto presidencial. Antes disso, existiam as figuras de Refúgios Particulares de Animais Nativos e Reservas Particulares de Fauna e Flora. Na época, a única vantagem para o proprietário que instituisse uma RPPN era a isenção do Imposto Territorial Rural (ITR) sobre a área averbada. Este ano, em 5/6, foi editado novo decreto, que ampliou os incentivos e abriu a possibilidade dos órgãos estaduais de meio ambiente reconhecerem as RPPNs, além de estabelecer que nelas podem ser desenvolvidas atividades de cunho científico,

educacional, recreativo e de lazer. O decreto de 90 não esclarecia que tipo de atividade podia ser desenvolvida em uma RPPN, gerando polêmicas a este respeito.

“O programa de RPPNs é um sucesso”, afirma Sônia Wiedmann, procuradora do Ibama que elaborou o decreto que instituiu as RPPNs em 90. Para ela, “as críticas ao programa não têm fundamento. Ele gerou um estímulo para que a sociedade participasse da conservação”. Ela acha, entretanto, que deve ser criada uma outra categoria de reserva privada que não exija título definitivo e adote um modelo sustentável (que permita o cultivo do palmito e da piaçava, por exemplo).

Na proposta do deputado Fernando Gabeira para o projeto de lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), em tramitação na Câmara dos Deputados, as RPPNs ganham o status de categoria de Unidade de Conservação de proteção integral, mantendo as restrições impostas pelo decreto. O deputado Luciano Pizzatto, entretanto, defende que ela deve ser uma unidade de uso sustentável.

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

Para Moacir Bueno de Arruda, coordenador da Diretoria da Conservação de Ecossistemas (Dicoe), do Ibama, as reservas particulares permitem a ampliação da área de proteção a baixo custo e em caráter perpétuo. “São muitas as vantagens para o proprietário de uma RPPN”, argumenta Arruda. Ele enumera a isenção de ITR, a priorida-

de concedida ao proprietário de RPPN na análise e concessão de crédito oficial e a linha especial de financiamento de projetos para RPPNs do Fundo Nacional de Meio Ambiente.

Para Godhard Bodens, coordenador da ReNAPP - Rede Nacional de Áreas Particulares Protegidas e presidente do Instituto do Patrimônio Natural (IPN), “por enquanto, há pouco incentivo para implantação de RPPNs, quase nenhum”. Segundo ele, o ITR é muito bai-

xo e sua isenção não representa grande incentivo. Além disso, as instituições de crédito oficial (como o Banco do Brasil), não estão “preocupadas” com a conservação ambiental, “e sim com as taxas de juros”. “Hoje em dia, você tem que pagar para implantar uma RPPN”, afirma Bodens. Ele acha, entretanto, que um avanço do novo decreto é a ampliação da participação das não governamentais em projetos de RPPNs. Com a nova proposta do Ministério da Política Fundiária de aumento



MÁRCIA ALVES/IAE

COMO CRIAR UMA RPPN

Para criar uma RPPN, o proprietário tem que levar ao Ibama ou ao órgão estadual de meio ambiente: requerimento solicitando o reconhecimento, título de propriedade definitiva do imóvel, uma vez que a área será protegida por perpetuidade, prova de quitação do ITR, plantas de localização e situação do imóvel e cédula de identidade. O proprietário assina, então, um termo de compromisso em que se responsabiliza pela preservação da área. Em seguida, o Ibama realiza uma vistoria, para certificar a relevância ambiental da área e publica a portaria de reconhecimento da RPPN. O Ibama também pode reconhecer áreas de reserva privada estabelecidas mediante leis municipais.

O proprietário da RPPN poderá contar com o apoio de organizações não governamentais e instituições de pesquisa para elaborar e gerir a implantação do Plano de Manejo da Reserva. Ao Ibama cabe garantir à Reserva a mesma proteção assegurada na lei às Unidades de Conservação, o que, na prática, restringe-se à fiscalização.

do ITR das áreas não produtivas, a isenção do imposto deverá se constituir em um incentivo mais significativo.

O IPN, ONG presidida por Godhard, administra uma RPPN com área de 800 ha em Pirenópolis (GO). Ele recebeu a área da Igreja Católica, através de um contrato de arrendamento por 100 anos. Segundo ele, a área é representativa de todos os tipos de Cerrados e inclui parte da Serra dos Perineus. O IPN busca recursos para desenvolver projetos de pesquisa de Cerrado, educação ambiental e ecoturismo. Godhard concorda que há necessidade de criação de outra categoria de RPPN, de uso direto, que permita atividades extrativistas como o cultivo de palmito e de resinas de árvores. A legislação atual não permite estas atividades.

Já houve dois casos de RPPNs em que o Ibama teve de voltar atrás e negar o reconhecimento. Um deles foi o do Clube Mediterrâneo de Rio das Pedras, em Mangara-

tiba (RJ), que pretendia ver reconhecida uma RPPN em terreno da Marinha (que pertence à União), o que não é permitido pela legislação, pois o interessado deve ser proprietário da área. A portaria de reconhecimento de uma RPPN deve ser averbada à margem do registro imobiliário, em caráter perpétuo. O Ibama sugeriu ao Clube Mediterrâneo que crie outra Unidade de Conservação, como uma Área de Relevante Interesse Turístico. Em outro caso, o Ibama reconheceu uma RPPN em favor de Eike Kramm, sobre um siringal de 500 mil ha em Altamira (PA), o que correspondia à metade da área total de RPPNs, mas, três meses depois, o cartório de registro de imóveis informou ao Ibama que a área havia sido “nominada, indevidamente, como sendo de propriedade de Kramm”. O Ibama cancelou a portaria.

Casos como o de Kramm mostram a possibilidade de o programa de RPPNs ser usado de má fé por fazendeiros

que querem legitimar posses fraudulentas, ou se livrar de desapropriações para fins de reforma agrária. Outro caso bastante suspeito é o do empresário Cecílio Rego de Almeida, que quis transformar uma gleba de 4,7 milhões de hectares, também em Altamira, em RPPN. O Iterpa pretende cancelar os registros imobiliários desta área, que invade as Áreas Indígenas Xipaia, Curuá e Baú, além de terras da União afetadas para uso especial do Exército.

MAIS INCENTIVOS

Um caso considerado modelo é a Reserva Natural de Salto Morato, no Paraná, mantida pela Fundação O Boticário. Em fevereiro deste ano, o Ibama multou a Fundação por realizar obras de recuperação de áreas degradadas na Reserva, sem prévia autorização do órgão. O caso suscitou a solidariedade de ambientalistas de todo o país que consideraram equivocada a ação do Ibama, uma vez que a Fundação tem notório desempe-

nho de ações de conservação. A Reserva de Salto Morato é uma área de 1.716 ha de Mata Atlântica.

Segundo João Paulo Capobianco, do Instituto Socioambiental, “o Estado de São Paulo tem 50% dos remanescentes de Mata Atlântica concentrados na mão de proprietários particulares”, o que faz da RPPN uma alternativa fundamental para a proteção do ecossistema. Para ele, deveriam ser ampliados os incentivos aos proprietários que estabeleçam RPPNs em suas áreas.

O estado que reúne o maior número de RPPNs é Minas Gerais, com 16 reservas, em 10.077 ha. A Fundação Biodiversitas (MG) é uma das ONGs com maior atuação nesta área. A maior RPPN é o Siringal Novo Destino, no Amazonas, com 104 mil ha e mantido pela Fundação Amazonas Forever Green. Dos biomas brasileiros, a Amazônia é o mais protegido por áreas particulares, e o Cerrado é o segundo. ☐

A RIQUEZA DO ESPÍRITO SANTO

Um dos estados mais devastados do Brasil revela a maior diversidade de árvores de que se tem notícia

O Espírito Santo ficou conhecido como um dos estados mais ávidos na destruição de suas florestas. Primeiro, elas alimentaram a indústria siderúrgica; depois, forneceram a madeira para a construção de Brasília; por fim, deram espaço aos bosques de eucalipto da indústria de papel. Agora, uma tese de doutorado recém-defendida na Unicamp demonstrou que a Mata Atlântica capixaba apresenta uma variedade de espécies arbóreas muito superior à da Amazônia, maior até que a da Juréia (SP), atual recordista mundial no quesito. “Esse estudo é mais um subsídio para incentivar a preservação das florestas do Estado”, diz a autora do trabalho, a bióloga Luciana Thomaz.

Ela selecionou um hectare particularmente conservado, no interior da Estação Biológica de Santa Lúcia, vinculada ao Museu de Biologia Prof. Mello Leitão, na cidade de Santa Tereza, bem no centro do Espírito Santo. Resultado: encontrou 476 espécies de árvores - pelo menos 170 a mais do que na Juréia -, sendo cinco totalmente desconhecidas. Uma delas, da família das lauráceas, como o louro e a canela, é, provavelmente, de um gênero ainda não descrito.

Ainda mais interessante é o fato que a pesquisadora encontrou 104 espécies que nunca tinham sido identificadas na Mata Atlântica. Há, inclusive, casos de árvores que só são encontradas do outro lado do Brasil, na Amazônia.

Estima-se que apenas 8% do Espírito Santo continua coberto por Mata Atlântica, numa extensão pouco superior a 300 mil ha. A Estação Biológica de Santa Lúcia, de 400 ha, está inserida numa região particularmente preservada, que inclui muitos remanescentes em propriedades particulares e a Reserva Biológica Augusto Ruschi. Aproximadamente 40% do município de Santa Tereza é coberto por Mata Atlântica intocada - ou quase. “A floresta sofre pressão de pequenos desmates para abertura de lavouras de café e da exploração de palmito para consumo local”, explica Sergio Lucena Mendes, diretor do Museu e da Estação Biológica. “A cultura da caça também existe, mas está diminuindo”. Na região, foram identificadas 11 espécies de mamíferos ameaçadas de extinção - como o miquiú, a preguiça de coleira e o ouriço preto - e 17 de aves, como o macuco. ☐



O Instituto Socioambiental é uma instituição civil, sem fins lucrativos, fundada para propor soluções integradas a questões sociais e ambientais. Seu objetivo é defender bens e direitos sociais relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos humanos e dos povos. Qualquer pessoa que se identifique com esses propósitos pode tornar-se Sócio Colaborador do Instituto. Maiores informações, escreva para um dos endereços abaixo.

Conselho Diretor

Carlos Frederico Marés de Souza Filho (*presidente*),
Eduardo Viveiros de Castro,
Enrique Svirsky, Minka
Bojadsen Capobianco e
Neide Esterici

Secretários-Executivos

Carlos Alberto Ricardo
João Paulo Capobianco
Márcio Santilli

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Av. Higienópolis, 901

01238-001 São Paulo - SP

tel: 55 11 825-5544

fax: 55 11 825-7861

internet: socioamb@ax.apc.org

SCLN 210, bloco C, sala 101

70862-530 Brasília - DF

tel: 55 61 349-5114

fax: 55 61 274-7608

internet: isadf@ax.apc.org

apoio institucional

**OS "MEUS ÍNDIOS"
DE DARCY****CARLOS ALBERTO DÓRIA****Uma etnografia amorosa que pensa
generosamente o Brasil**

Talvez o aparecimento de *Diários Índios* (Cia das Letras, São Paulo, 1996) seja o mais tocante acontecimento editorial do ano. Não só porque Darcy Ribeiro nos deu enormes sustos em sua estratégia de driblar a doença e agora reaparece com todo vigor; tocante, também, porque mostra que Darcy inventou a etnografia amorosa.

Sou do tempo - não tão remoto - em que aprendíamos na USP (obviamente não em sala de aula...) que a antropologia era filha do imperialismo (época, imagine-se, na qual nem existia globalização, mas dominação internacional). Pois bem, Malinowski era o modelo de etnólogo com o seu *Argonautas*... Sabíamos todos que ele estava a serviço de interesses nem sempre confessáveis, mas etnologia era aquilo ali e ponto final.

Darcy Ribeiro, que, aliás, deve ter ensinado etnologia a partir de Malinowski, não caiu na cilada. Jovem, na casa dos vinte anos, imbuído do propósito de inventar entre nós algo que não fosse o bisbilhotar a vida selvagem para melhor dominar, debruçou-se com otimismo sobre nossos índios lá pelo fim dos anos 40 e início dos 50. "Berta, abro este diário com seu nome. Dia a dia escreverei o que me suceder, sentindo que falo com você. Ponha sua mão na minha mão e venha comigo... visitando as aldeias índias que nos esperam, para conviver com eles, vê-los viver, aprender com eles". Quer dizer: o seu olhar, antes de captar cada detalhe da vida dos Urubu-Kaapor do Maranhão e Pará, estava educado para a paixão. Darcy partiu convencido à busca daquele "Brasil lindo e trigueiro", não só da música como do desenvolvimentismo pós-guerra, e da paixão pessoal por Berta. "*Meus Índios*", diz Darcy - num compromisso de amor que nasce do convívio, respeito e admiração pela diferença.

Em primeiro lugar, o ensinamento de Darcy é que é possível nos educarmos para aprender a ver o outro. Para aprender a vermos mais integralmente. A herança que temos dos índios "é sua sabedoria milenar de adaptação à floresta tropical. Sem esse saber, seríamos outros... Assim é que continuamos sendo índios nos corpos que temos e na cultura que nos ilumina e conduz. Mas é claro que os índios que resistiram ao avassalamento são muito mais índios. Por isso é que passei tanto tempo com eles". Em segundo lugar, Darcy convida-nos a abandonar o vício das teorizações. Ele sabe que elas são inúteis, que não resistem ao tempo, e que ao escrever com paixão estaria mais próximo de um texto e (terno).

Todos os temas gratos aos antropólogos e indigenistas estão lá: os mitos, o parentesco, o

incesto, o velho Rondon e seu SPI. Mas as conclusões teóricas que os fatos possam porventura induzir são por conta e risco do leitor, como se ele estivesse, pela primeira vez, entrando em contato com aquele mundo mágico de Maíra

O próprio Darcy, está claro, não resistiu à tentação de teorizar e mesmo ficcionar sobre o rico material que colheu. *Os Índios e a Civilização*, ou *Uirá*, ou o estudo partilhado com Berta sobre a arte plumária, são textos definitivos seus que não teriam sido possíveis sem a experiência anterior, relatada nesses *Diários Índios*. O indigenismo e a etnografia brasileiros seriam bem inferiores se Darcy não tivesse se iluminado entre os Urubu-Kaapor, que deram um norte para sua produção intelectual. Talvez este seja o verdadeiro sentido do aprendizado etnográfico: se o indivíduo não se transpõe de corpo e alma, movido pela paixão, para o universo novo a descobrir, nunca será um indigenista, um verdadeiro antropólogo; será, ao contrário, um produto de laboratório... A lógica das estruturas de parentesco, que Levi-Strauss nos mostrou, é um exercício matemático, não uma experiência de vida ou ato de paixão pelo outro. Por isso Darcy tem tanta clareza da distinção entre o trabalho teórico e o registro etnográfico: trata-se de duas posturas distintas diante da vida e do conhecimento.

Estes poucos aspectos bastariam para fazer de *Diários Índios* uma obra singular em nossas letras. Mas *Diários Índios* é mais do que isso: é também literatura, e da boa. É possível deixar o livro à cabeceira da cama, lendo uns poucos capítulos por dia enquanto o sono não vem. As histórias são tão variadas, tão saborosas de bem escritas que valem como encomenda de bons sonhos.

Portanto o Darcy que emerge dos *Diários Índios* é já a alma inquieta de grande brasileiro - grande porque pensa generosamente o Brasil - à qual devemos uma coleção de textos que fazem a compreensão de nosso país bem diferente, considerando as raízes étnicas indígenas.

Apresentando seu escrito, anos após sua produção, ele fala dos tempos de embrenhamento no mato com saudade e nostalgia. Gostou do que fez e acredita que as anotações sobre os "seus" índios continuam vivas e válidas. Assim é Darcy, convencido da justeza de tudo o que faz. Por isso nos convida a lhe dar a mão e, de novo, empreendermos a viagem de Berta. É sem dúvida um privilégio poder fazê-lo.

Carlos Alberto Dória é sociólogo e doutorando do IFCH da Unicamp.